



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Antonio Carlos dos Santos
Tribunal Pleno
Sessão: 4/10/2017

50 TC-000297/026/14 PEDIDO DE REEXAME

Município: Narandiba.

Prefeito(s): Enio Magro.

Exercício: 2014.

Requerente(s): Enio Magro - Prefeito à época.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Segunda Câmara, em sessão de 29-11-16, publicado no D.O.E. de 20-01-17.

Acompanha(m): TC-000297/126/14.

Procurador(es) de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

Fiscalização atual: UR-5 - DSF-II.

Relatório

Nos autos, **pedido de reexame** interposto pela Prefeitura Municipal de Narandiba contra decisão da e. Segunda Câmara que, em sessão de 29/11/2016, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas relativas ao exercício de 2014, tendo em vista que as despesas com pessoal e reflexos atingiram **58,41%** da Receita Corrente Líquida, superando o limite estabelecido na letra "b", inciso II, do artigo 20 da Lei Fiscal.

Nesta oportunidade, o recorrente procura descaracterizar as impropriedades, em suas razões recursais e documentos (fls.334/343).

Insiste em sustentar que o aumento da taxa da despesa com pessoal se deu não em razão do aumento da despesa, mas, sim, em decorrência da queda na arrecadação da municipalidade, mormente em relação aos repasses constitucionais e legais, como o FPM e o ICMS.

Alega ainda que somado a este cenário houve aumento do salário mínimo, bem como aumento do piso do FUNDEB,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

elevando o piso salarial do magistério, mas que a administração vem adotando medidas objetivando a redução das despesas com pessoal.

Requer que seja excluído o valor referente ao PASEP da composição do índice dos gastos em análise.

Argumenta ainda, em relação à recondução dos gastos, que no exercício de 2016 o Executivo Municipal encerrou com índice laboral abaixo do permitido legalmente.

Assessoria Técnica Especializada (fls.348/360), ao analisar os argumentos de defesa, entende que para formação de juízo do reflexo do PASEP no montante de gasto com pessoal, a matéria deve ser analisada de acordo com recente decisão proferida nos autos do TC-2122/026/15¹.

Desse modo, após consultar os registros do Sistema AUDESP relativos ao exercício de 2014 e verificar que os valores do PASEP não foram apropriados nos percentuais mínimos do Ensino e da Saúde, exclui do cálculo o montante relativo, reduzindo os gastos de 58,41% para **57,45%** da Receita Corrente Líquida.

Sobre a alegada recondução de valores, ressalta a regra da duplicação do prazo (o PIB brasileiro cresceu apenas 0,1% em relação ao ano anterior) e observa que não poderia atestar o fiel atendimento à Lei Fiscal, considerando que os resultados apurados no processo das contas do Executivo relativas ao exercício de 2015 apontavam que o desatendimento ao teto ocorreu durante todo o período anual, quando ao menos o excedente já deveria ter

¹ PM de Braúna - Rel. Cons. Renato Martins Costa - 1ª Câmara - Sessão de 7/3/2017 - Após diligência, verificado que o PASEP não onerou as dotações do Ensino e da Saúde, motivando a antecipação do entendimento da Deliberação TC-A-23996/026/15, foi excluído o PASEP do cômputo da Despesa de Pessoal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

sido eliminado até o 3º quadrimestre/2015, de acordo com o disposto no artigo 66 da Lei nº 101/2000.

Quanto ao aspecto jurídico (fls.361/362), considera que, de acordo com os cálculos efetuados pela assessoria congênere que demonstra que as despesas com pessoal permaneceram acima do limite legal, as justificativas e documentos prestados não reverterem a situação processual. Dessa forma, permanecendo a irregularidade motivadora da rejeição, conclui, acompanhada de Chefia de ATJ (fls.363), pelo **não provimento** do pedido de reexame, alterando, no entanto, o total de gastos com pessoal de 58,41% para 57,45%.

MPC (fls.364/365) manifesta-se, em preliminar, pelo conhecimento do presente pedido de reexame. Quanto ao mérito, tendo em vista a ausência de elementos capazes de alterar os termos do r. parecer recorrido, opina pelo **não provimento**.

É o relatório.

alns



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-000297/026/14

Preliminar

Por ser tempestivo e proposto por parte legítima, conheço do pedido de reexame.

Mérito

No mérito, conforme conclusão dos órgãos técnicos, as razões de defesa ofertadas não foram suficientes para afastar a incorreção motivadora da rejeição das contas.

Conforme constou da manifestação de Assessoria Técnica Especializada (fls.348/360), ainda que excluído o dispêndio com o PASEP da Despesa de Pessoal, o valor remanescente (57,45%) permanece acima do limite legal, infringindo as disposições do artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nessas circunstâncias, voto pelo **não provimento** do presente pedido de reexame, mantendo os termos do parecer desfavorável emitido pela e. Segunda Câmara sobre as contas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Narandiba, referentes ao exercício de 2014.

Eis o meu voto.